

CORREIO DO VALE

POR SONIA PAES

Gabrielle Granadeiro/Eletronuclear



Seminário Internacional será de forma híbrida

Seminário de energia nuclear deve reunir 2 mil pessoas

O XVI Seminário Internacional de Energia Nuclear (Sien) será na sede da Eletronuclear, nos dias 1 e 2 de outubro, no Rio, em formato híbrido. Representantes de autoridades e players da indústria nuclear estarão reunidos no evento, que contará com palestras, painéis e mesas

redondas. A previsão é de que haja a participação de mais de mil pessoas ao longo dos dois dias. A abertura contará com a presença de Ivan Dybov, presidente da Rosatom América Latina, e do diretor-presidente interino da Eletronuclear, Sinval Zaidan Gama.

Crise climática

O foco da discussão será a importância da energia nuclear dentro do contexto de crise climática, especialmente no ano em que o Brasil receberá a COP 30, cúpula climática, no Pará. Os

painéis e mesas buscam demonstrar novamente a qualidade e variedade de aplicações que o nuclear apresenta, indo desde o agronegócio até as áreas de pesquisa e defesa.

Angra 3 na pauta

O encontro discutirá as obras de Angra 3 e aspectos ligados à política nuclear brasileira. Quem também representará a Eletronuclear será o chefe da Coordenação de Segurança e Supervisão In-

dependente, Marcelo Gomes, em mesa que estará o presidente da Associação Brasileira para Desenvolvimento de Atividades Nucleares, Celso Cunha, André Luis Osório, e Júlio Lopes, deputado federal.

Redes Sociais



O prefeito Serfiotis, o vereador Diego e Cozzolino

Deputado consegue R\$ 112 mil para Porto Real

O deputado estadual Vinicius Cozzolino esteve em Porto Real e reuniu com o prefeito Alexandre Serfiotis e o vereador Diego Graciani. A finalidade da reunião, ocorrida na semana passada, foi anunciar para o prefeito que a emenda parlamentar enviada no valor de R\$ 112 mil está na conta do município. O recurso

foi destinado para a compra de um veículo para o Centro de Reabilitação Nicolau Serfiotis. Segundo o parlamentar, o veículo será utilizado para facilitar os atendimentos domiciliares e no transporte de pacientes que precisam se deslocar até a unidade de saúde para dar continuidade ao processo de reabilitação.

Emenda para a Saúde

“Tenho certeza de que esse veículo será fundamental para ampliar a assistência oferecida pelo Centro de Reabilitação, garantindo dignidade e mais qualidade de vida aos pacientes. Porto Real pode contar sempre com o meu mandato para levar emendas, recursos e

programas do Governo do Estado. Estou de mãos dadas com essa cidade e seguimos juntos por mais avanços e conquistas”, afirmou Vinicius Cozzolino. Serfiotis e o vereador Diego Graciani agradeceram a parceria e destacaram a importância da emenda.

Casa da Mulher em Vassouras

A Prefeitura de Vassouras inaugurou, na semana passada, a Casa da Mulher, um espaço voltado ao acolhimento e ao fortalecimento das políticas públicas para mulheres e meninas do município. Vinculada à Secretaria Municipal de Integração de Políticas da Mulher, a

Casa será referência em atendimento especializado, oferecendo apoio psicológico, orientação jurídica, oficinas de capacitação e iniciativas para promoção da autonomia econômica. O espaço também terá papel essencial no enfrentamento à violência de gênero.

Arco em Vassouras continua sem prazo para restauração

Moradores reclamam de estrutura de uma estrada provisória

Arquivo pessoal

*Por Isadora Ventura

Após 4 anos de espera, o desvio da RJ-137 - que fica entre os municípios de Barra do Pirai e Vassouras - finalmente teve as obras de pavimentação iniciadas no início do mês. Moradores ainda reclamam sobre a falta de iluminação e sinalização do local. A estrada provisória foi criada em 2021 após o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) interditar o Arco de Ipiranga, que fica no trecho, pelo risco de degradação do monumento, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), já que pertence a uma Fazenda do Pocinho.

Uma das moradoras do bairro Itakamosi, que preferiu não se identificar, apesar de reconhecer que a pavimentação já ajudou quem passa pelo trajeto, disse que não foi suficiente para suprir as necessidades dos moradores. “Com a falta de manutenção, há muitos anos, o arco que temos aqui no bairro Ipiranga, acabou tendo um desvio criado. Porém, ela ainda se encontra sem iluminação e sinalização, o que acaba tornando o trajeto perigoso durante a noite”, disse.

O morador Aloísio de Oliveira, concordou: a preocupação com a segurança noturna é recorrente. “O arco continua lá. Fizemos o atalho e asfaltaram, mas não tem iluminação e fica tudo escuro”, disse, e ainda



O arco, que pertence a Fazenda do Pocinho, está com parte da sua estrutura comprometida

completou: “Aquilo [o arco] não era para ser tombado. O que tinha de histórico mesmo, era a fazenda, que hoje, não existe mais”, concluiu.

Ao Correio Sul Fluminense, o vereador Manoel Melo Macedo, conhecido como Manelzinho, explicou que, devido ao trajeto pertencer ao Governo do Estado do Rio, o desvio provisório depende de verbas enviadas pelo Estado para concluir as demais demandas locais.

No entanto, o projeto permanente para concluir a estrada principal virou um verdadeiro imbróglio. “O arco tem um projeto no qual a gente está aguardando. Por intermédio do Iphan, estamos aguardando verbas do Governo

Federal, mas ainda não há orçamento, estudo ou levantamentos divulgados”, disse o vereador.

Para se ter ideia, em maio deste ano, as prefeitas de Barra do Pirai, Kátia Miki, e de Vassouras, Rosi Silva, se reuniram para tentar encontrar alternativas para liberar o trecho, que interliga as duas cidades e Mendes. Na época, Rosi afirmou que a situação se arrastava há décadas e exigia uma resposta definitiva e, sobretudo, agilidade do Departamento de Estradas e Rodagem (DER-RJ), Inepac e do Iphan.

Sobre o trecho e a Fazenda do Pocinho

A histórica Fazenda do Pocinho, hoje transformada

em ruínas, está entre as cidades de Vassouras e Barra do Pirai. As terras são cortadas pela rodovia estadual RJ-137, conhecida como Estrada do Ipiranga. A fazenda foi tombada pelo Iphan em 1987, a pedido então, dos proprietários e herdeiros do Barão de Guaraciaba.

Na época, conforme consta na documentação dos arquivos do Inepac, o conjunto apresentava problemas naturais de manutenção após as mudanças e demais impactos causados pelo esvaziamento econômico do Vale do Paraíba, após a crise do café.

*Estagiária sob supervisão de Ana Luiza Rossi

MPF entra com ação contra sistema de pedágio ‘Free Flow’ na Via Dutra

Divulgação/CCR

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com uma ação civil pública para que a Justiça Federal proíba, desde já, a aplicação de multas a motoristas que eventualmente deixem de pagar as tarifas do novo sistema de cobrança a ser implementado em breve na Rodovia Presidente Dutra (BR-116).

Segundo estimativa do MPF, até cinco milhões de multas poderão ser aplicadas anualmente na Dutra em decorrência da falta de pagamento pela passagem nos pórticos. A projeção se baseia nos números registrados na rodovia Rio-Santos (BR-101), que já possui o Free Flow em funcionamento, também sob gestão da Motiva (antigo grupo CCR). Na Rio-Santos, o sistema de cobrança eletrônica gerou mais de um milhão de multas em 15 meses, com impacto financeiro total de R\$ 268 milhões para os motoristas.

Muitos desses usuários só tomaram ciência das cobranças quando receberam as notificações de infração, apesar das ações informativas e dos períodos de isenção das sanções que a empresa afirmou



Free Flow é cada vez mais comum nas rodovias do Brasil

ter adotado previamente para que os clientes se adequassem ao modelo. Outros, ainda, foram vítimas de falhas operacionais, como cobranças das tarifas em duplicidade.

Instalação dos pórticos de cobrança

Os pórticos de cobrança estão instalados em 21 alças de acesso à pista expressa da Dutra na região metropoli-

tana de São Paulo, no trecho que compreende a capital paulista e os municípios de Guarulhos e Arujá.

São 12 pontos na pista em direção ao Rio de Janeiro e nove no sentido contrário. A implantação do sistema está prevista no contrato de concessão da rodovia à CCR RioSP (atual Motiva), em vigor desde 2022, e visa ao gerenciamento do tráfego.

O MPF esclarece que sistema de cobrança eletrônica não tem natureza jurídica de pedágio, uma vez que constitui um serviço alternativo oferecido aos motoristas para evitarem congestionamentos em vias laterais, sem o objetivo de angariar recursos para a manutenção da rodovia. É dessa classificação que deriva a ilegalidade da aplicação de multas para eventuais usuários inadimplentes, ressalta o MPF.

A cobrança das tarifas enquadrar-se em uma relação de consumo entre motoristas e a empresa concessionária, cujas circunstâncias e consequências devem ser regidas pelo Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil, não pelas leis de trânsito.

Remoção de agricultores é suspensa

sória das famílias e abrir espaço para uma solução dialogada.

Ao levar o caso à Comissão do TRF2, abre-se a possibilidade de construir uma saída que concilie a preservação ambiental com o direito à moradia e à dignidade, evitando que idosos, crianças e trabalhadores rurais sejam diretamente impactados por uma remoção abrupta.

A conquista foi fruto do trabalho do Núcleo de Tutela Coletiva da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que esteve na

Ilha no dia 15 de setembro para ouvir os agricultores.

— Essas pessoas moram e trabalham no local há mais de três décadas. Foram assentadas por um projeto de Estado e tiveram papel essencial na preservação ambiental da Ilha. A sentença que determinou a desocupação jamais considerou ou ouviu os interesses desses trabalhadores. Agora, com a atuação da Comissão de Soluções Fundiárias, teremos essa possibilidade, além da constru-

ção de uma solução que pense na permanência das famílias na Ilha da Mombaça — destacou a Defensora Pública Carolina Hennig, responsável pelo caso.

O reconhecimento da Defensoria como custos vulneráveis foi essencial para acolher as famílias, que em sua maioria vivem da agricultura familiar e estão inscritas no CadÚnico — principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e inclusão de famílias de baixa renda em programas federais.